



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO  
AMBIENTE**

**PRESIDENTE: PAULO FRANGE**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 06/12/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Boa tarde. Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente declaro abertos os trabalhos da 32ª audiência pública realizada no ano de 2021.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br](http://www.saopaulo.sp.leg.br), link Auditórios On-Line. Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 30/11/21, no dia 27/11, no jornal *Agora S.Paulo* e no dia 29/11 no jornal *Folha de S.Paulo*.

Trata-se de audiência pública do PL 742/2021, do Executivo, que “prorroga para 2022 o prazo previsto no parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014”.

Vamos suspender nossos trabalhos por quatro ou cinco minutos até que possamos deixar claro a lista dos inscritos para que possamos ouvir todos os senhores.

Quero agradecer a presença do Sr. José Armênio de Brito Cruz, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento Urbano. Obrigado, José Armênio. (Pausa)

Reabertos os trabalhos, nós vamos passar a palavra para que o Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento Urbano, José Armênio, faça as suas considerações e nós vamos fazer, depois, seguir a inscrição que foi feita entre o nosso público virtual e presencial, a fim de que possamos compartilhar esses dois ambientes e termos uma audiência pública com mais participantes.

Portanto, retomando: o projeto é o PL 742/2021, do Executivo, que “prorroga para 2022 o prazo previsto no parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014”.

Presente conosco a Vereadora Ely Teruel.

Tem a palavra o Sr. José Armênio de Brito Cruz, para que possa falar em nome do Governo. Obrigado.

**O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ** – Obrigado, Presidente Paulo Frange. É um prazer estar aqui de novo.

Dou boa tarde a todas e a todos os presentes na audiência. Estou representando o Cesar Azevedo, que foi chamado agora, pelo Prefeito, para um compromisso e me pediu que

atendesse aqui esta audiência. Eu me sinto bastante confortável em participar, porque eu participei do processo das iniciativas que nós geramos aqui, internamente, na Secretaria, antes do envio deste projeto. Projeto este que foi encaminhado à Câmara basicamente por três razões. A questão do atraso gerado pela ação popular, que não nos permitiu contratar o diagnóstico com a entidade USP Cidades, da Universidade de São Paulo. Segundo, uma recomendação e um pedido dos participantes do Conselho Municipal de Política Urbana e terceiro a consideração das condições pandêmicas que deveriam ser observadas para garantir a maior participação popular no processo de revisão.

É importante dizer que nós começamos e eu posso dizer que eu participei diretamente das diversas audiências temáticas. Foram quase 30, eu acho. Não me lembro do número exato, mas participei das audiências temáticas, tanto reuniões abertas como reuniões com entidades. Eu tenho anotações dessas reuniões. Participaram dessas reuniões quase que por volta de 600, 700 pessoas, se eu somar todas as audiências que nós participamos. Eu tenho de dizer que foi bastante interessante ouvir a manifestação dos cidadãos sobre o Plano Diretor que, na verdade, muito deram uma participação nova. Eu estou há quase cinco anos discutindo isso publicamente, na Prefeitura de São Paulo, e foi interessante essa iniciativa da Secretaria para abrir. Nós tivemos outras participações que eu não tinha visto nas audiências que participei anteriormente. Então, quer dizer, isso para mencionar que não obstante esses esforços que estávamos fazendo aqui, na Secretaria, para implementar uma revisão, é importante reconhecer também, nesse aspecto, a contribuição do pessoal de Planurb, que já estava desenvolvendo quase que como que um *status a quo* do que ficou o desenvolvimento urbano pós Plano Diretor. É um trabalho muito bom desenvolvido com eles e nós queríamos, justamente, contratar a USP Cidades para cruzar as duas informações, o que, provavelmente, vai ser bastante interessante.

O Conselho Municipal de Política Urbana levantou também a importância de estabelecer uma metodologia para o processo participativo. Eu acho que nós já fizemos um esboço desse processo. Temo sempre de aprimorar e essa vontade de aprimorar a participação e de conseguir a maior participação da população da Cidade na discussão do Plano Diretor foi o

que nos fez apresentar esse pedido de prorrogação para 2022.

É importante dizer que essa revisão que o artigo 4º menciona..., essa revisão vai ser uma revisão de tópicos. Quer dizer, ela não é uma revisão estrutural do Plano Diretor. Os objetivos e as premissas do Plano Diretor vão se manter intactas. A perspectiva de revisão vai colocar: o que está funcionando? O que não está funcionando? O que pode melhorar? O que pode ser, de fato, melhor implementado? E, aí, acho que todos vocês aqui que acompanham a política de desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo sabem que certamente nós podemos buscar melhorar e implementar este Plano Diretor, que é o desafio que nós temos tido desde o começo da gestão - eu estou falando das gestões -, há cinco anos. É um desafio. O Plano Diretor é um plano diretor que foi uma conquista da Cidade. Eu tive a oportunidade de participar quando era Presidente do IAB, na sua elaboração, lá em 2012, 2013. Eu estava fora da Prefeitura, mas pude colaborar com os nossos representantes. Eu mesmo era um dos representantes no Conselho Municipal de Política Urbana e o que nós pudemos colaborar, inclusive na Bienal de Arquitetura, organizada em 2013, nós procuramos colaborar. Eu estou dizendo isso para dizer que o Plano Diretor ultrapassa gestões. Ele não é de uma gestão. Ele não é de um partido. Ele não é de um governo. O Plano Diretor é da Cidade e agora, com essa revisão intermediária, o Plano Diretor estaria sendo aprimorado.

Eu mencionei a ação popular, mencionei o C MPU e preciso ainda falar dos esforços internos da Secretaria no sentido de fazer, dentro das normativas infralegais, os grupos intersecretariais, o Comitê Executivo da Secretaria, mesmo a Comissão Interna, no âmbito do Conselho Municipal de Política Urbana. Ou seja, foram esforços internos da Secretaria que mostram que, apesar de estarmos pedindo o adiamento para 2022, nós tivemos e implementamos diversas ações para essa revisão. É um estudo que tem bastante material para ser estudado. Esse trabalho, repito: o reconhecimento dos funcionários internos da Secretaria, que não são funcionários de um governo ou de outro governo, são funcionários da Secretaria, que fizeram um trabalho de acompanhamento e de monitoramento do Plano Diretor muito bacana. Eu tive a oportunidade de estudar bastante isso e tem uma série de questões que, no

momento correto, vão ser interessantes de discutirmos.

Por isso, então, pandemia; a contratação de diagnóstico, que foi protelada em função da decisão do MP, a questão do cronograma acabou atrasando a nossa discussão, repito: ainda que tenhamos viabilizado esforços internos dentro das nossas possibilidades.

Estamos apresentando, o Executivo, o Prefeito Ricardo Nunes, está apresentando este PL para postergar para 2022, o que não vai inviabilizar, de maneira alguma, essa revisão, e ali teremos condições de, com mais tempo, com mais tranquilidade, dentro de uma metodologia bem estabelecida, discutir o Plano Diretor.

Eu agradeço a oportunidade. Agradeço diretamente ao Vereador Paulo Frange, que eu tenho encontrado quase que diariamente em audiências. E me coloco aqui à disposição de todos para tentar esclarecer o que eu puder nesse processo.

Muito obrigado, Vereador. Agradeço à Câmara e a todos os Vereadores presentes e a todos os cidadãos presentes nesta audiência. Muito obrigado a todos e continuo aqui presente para tentar esclarecer o que podemos fazer, neste momento, neste PL apresentado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Muito obrigado, José Armênio.

Vamos passar aos inscitos. Laurita Ricardo de Salles.

**A SRA. LAURITA RICARDO DE SALLES** – Boa tarde a todos. Estou aqui, nesta reunião, também pelo Pró-Pinheiros para falar com os Vereadores desta importante Comissão de Política Urbana e também com o representante de SMUL.

Consideramos e espero que as nossas palavras cheguem aos Vereadores da Comissão, na medida que só tem uma Vereadora e o Vereador Paulo Frange que estão presentes, o que é muito estranho para a sociedade civil. Mas, de qualquer maneira, é fundamental que a população possa ser ouvida em relação ao Plano Diretor, que possa ter acesso a um diagnóstico digno, por parte de SMUL; que possa participar de reuniões territoriais, como proposto pela Frente São Paulo; para que possa manifestar a sua opinião antes da minuta a ser enviada para a Câmara e, depois, que possamos ter também, dentro da Câmara, junto à

Comissão de Política Urbana, audiências presenciais no território.

Dessa maneira, me parece que é muito perigoso estar escrito, como no momento está, uma situação em que se diz 2022. Dois mil e vinte e dois pode ser dia 1º de janeiro. Então, pergunto como garantir, de acordo com o que foi proposto, acordado com CMPU, para ter um prazo largo de um ano mais um ano. A população está insatisfeita com o andamento do Plano Diretor; tem reivindicação de mudanças, inclusive, pontuais de mudanças de zonas para ZPR e ZEUs, de preservação da memória e muitas outras.

Dessa maneira, queremos ter condições para uma discussão qualificada, seja com a SMUL, seja com a Comissão de Política Urbana e a Câmara em geral e todos, não só a Pró-Pinheiros, como a população. A população pensa, sofre as consequências do Plano Diretor, tem o que dizer e tem propostas.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Laurita.

Com a palavra, José Antônio Zagato, participante do Conselho Municipal de Política Urbana.

**O SR. JOSÉ ANTÔNIO ZAGATO** – Boa tarde a todas e a todos; ao Vereador Paulo Frange, pela audiência e aos demais participantes.

Eu sou José Antônio Zagato, sou Arquiteto e Urbanista das políticas públicas e conselheiro do CMPU, colegiado que tem por atribuição legal deliberar a respeito dos procedimentos da revisão do Plano Diretor, conforme consta nas normas existentes.

Como conselheiro, temos verificado que algumas das deliberações, inclusive tomadas em meio a processos de votação bastante confusos, como qualquer pessoa pode conferir no vídeo disponível no Youtube da reunião do colegiado do Conselho Municipal de Política Urbana, que nesse processo, um pouco turbulento, de condução de reuniões, as deliberações não necessariamente correspondem e estão sendo refletidas nos projetos que estão sendo encaminhados nessas conduções, nos processos decisórios e no ato administrativo da Prefeitura de São Paulo.

Nesse sentido, também gostaria de reiterar o que foi comentado pela Laurita, que o

prazo deliberado na reunião ordinária do CMPU, de 28 de outubro de 2021, com a presença do Sr. Secretário da SMUL, na condição de Presidente, foi de que o prazo razoável, inclusive em função da suspensão do processo de contratação seria a partir de doze meses para o envio. Ou seja, corresponderia ao final do ano de 2022, digamos, a partir da deliberação de 28 de outubro de 2022, com possibilidade de prorrogação durante mais um ano.

Além disso, essa ponderação foi feita também uma vez que o diagnóstico apresentado, pelo menos até o momento, pela Prefeitura de São Paulo e inclusive encaminhado aos conselheiros do CMPU, ele foi elaborado pela Assessoria de Comunicação da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, e essa assinatura consta da última página do pdf. Isso nos chama a atenção porque, por uma norma federal do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, que eu acredito que o Secretário Adjunto deve estar ciente, a coordenação de um processo de Plano Diretor ou mesmo da sua revisão compete privativamente ao Arquiteto e Urbanista e não a profissionais, salvo engano, que existem profissionais da Assessoria de Comunicação da SMUL, mas que não estão identificados no diagnóstico como um profissional que está coordenando o diagnóstico ali apresentado. Então, acredito também pelo fato da formação do Sr. Secretário Cesar Azevedo ser do Direito, acho importante, Sr. Paulo Frange, Vereador, que também a Câmara tenha conhecimento de que essa Resolução 210, de 2021, que sucedeu a Resolução 51, de 2013, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, seja honrada e bastante observada em todo o processo de coordenação do Plano Diretor e que toda a equipe fique bastante clara para que os atos sejam devidamente registrados.

Por último, só para concluir a minha fala, acho que é importante, Sr. Vereador, que também figure nos autos desse processo, do projeto de lei, a referência ao número 100, que tem congregado todos os documentos do processo decisório da revisão do Plano Diretor, uma vez que assim como operações urbanas e projetos de intervenção urbana devem estar todos os documentos reunidos em um número de processo administrativo, de modo que a fundamentação técnica, administrativa, jurídica, enfim, em todas as suas dimensões, estejam ali registradas de modo a garantir o amplo direito ao contraditório, de toda a população poder participar e também

verificar todas as garantias aos princípios constitucionais, desde o direito de petição como os princípios que regem a Administração Pública brasileira.

Eu gostaria de pontuar esses aspectos que não nos parecem figurar, enfim, aqui falando também junto à Frente São Paulo Pela Vida neste projeto de lei, na forma como ele está encaminhado, que seria bastante prudente, me parece, aí, sim, como Conselheiro, que figurasse para que isso não houvesse dúvidas, como a colega falou, de que um projeto seja encaminhado em janeiro ou já no início do semestre, sem um diagnóstico devidamente coordenado por responsável técnico seja apresentado.

Obrigado, Sr. Paulo Frange.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado.

Fábio Lúcio Sanches, participante do Fórum Verde Permanente de Parques, Praças e Áreas Verdes.

Registro a presença do Vereador Rodrigo Goulart.

**O SR. FÁBIO LÚCIO SANCHEZ** – Boa tarde a todos.

Para me manifestar a respeito dessa questão, colocando que a Prefeitura tem tido problemas e eu acredito que não só a Prefeitura de São Paulo, outros órgãos públicos também devem ter tido, com o exercício da democracia baseado na técnica. Vejam por exemplo o que aconteceu na eleição do Cades e dos Conselhos dos Parques por meio do Participe Mais. Foi um escândalo, foi um absurdo. Isso não deu certo. Isso não funcionou. Quer dizer, não está se sabendo fazer democracia por meio da técnica. O Poder Público está sendo pego de surpresa e não deve estar acontecendo só com a Prefeitura de São Paulo.

Ora, foi o que aconteceu com esse uso da técnica até agora, não só com essa plataforma, mas na prática, ou seja, audiências públicas sendo marcadas com feriadão no meio, na véspera do feriadão para o primeiro dia útil depois do feriadão; pessoas participando com vinte falas de três minutos cada. Nós que participamos da elaboração do Plano Diretor em 2014, tínhamos audiência com milhares de pessoas, com discussões muito interessantes. Essa riqueza da discussão não pode ser colocada para fora do sistema da discussão do Plano Diretor. Não



há por que haver pressa. Não há por que fazer isso, realizar essa discussão em uma pandemia. Aí, o que acontece? O CMPU decide, é uma deliberação do CMPU, que é o órgão que deveria deliberar a esse respeito, o adiamento por doze meses. Ora, por que o CMPU pauta... É uma pauta pedida pelo Prefeito e o CMPU delibera o adiamento por doze meses. Depois dessa instância definir isso, é uma instância de democracia participativa. Por todas as regras que se tem conhecimento, não cabe ao CMPU definir isso. Não se trata, aqui, de uma instância representativa, caso da Câmara Municipal. É diferente – prestem atenção a isso, por favor. Peço-lhes atenção a isso.

Ora, se o CMPU define esse adiamento, por que ele não é respeitado? Qual é a pressa, senhores? Qual é a urgência que a Cidade está vivendo que requeira uma revisão do Plano Diretor em plena pandemia?

Então, o que eu peço é respeito às decisões do CMPU, instância que, de forma muito séria, discutiu essas questões. E vamos participar, com certeza, vamos ajudar a Câmara a fazer essa revisão no momento certo, no momento adequado, com a Cidade toda participando, como convém.

O PontoBR divulgou uma pesquisa dizendo que há bairros, como Parelheiros por exemplo, que têm 30% de moradores sem internet. Por que deixá-los de fora? Realizemos de forma presencial, como os órgãos que São Paulo tem e que sabem muito bem discutir essa questão como o CMPU.

É esta a minha posição. É isso o que eu quero defender.

Obrigado a todos pela audiência e pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Ok, muito obrigado.

Vamos passar para um presencial. Vagner Land, Engenheiro Civil.

**O SR. VAGNER LAND** – Boa tarde a todos.

Elogios, aqui, ao Vereador Paulo Frange, sempre presente, atuante no pensamento do futuro da cidade de São Paulo, que estamos com grandes problemas.

Eu sou especialista em aprovações de projetos na cidade de São Paulo e tenho muito

a falar – 38 anos de experiência.

Com as palavras do Secretário Adjunto de SMUL, realmente, o Plano Diretor tem muitos tópicos que precisam ser adequados. A Cidade está travada. A Cidade está travada. Muitos erros nesse Plano Diretor, na Lei de Zoneamento. Então, eu sei do esforço do Secretário Adjunto, do Cesar, em SMUL. É uma Secretaria em que nós somos bem atendidos pelos técnicos; tem os melhores técnicos de São Paulo, principalmente no Contru, em SMUL. Só que é o seguinte, Secretário, são poucos funcionários e ainda vocês fizeram uma ordem, que era do antigo Prefeito Bruno Covas, de mandar todos os processos das subprefeituras para SMUL. Então, quer dizer, vocês acabaram com as subprefeituras. As subprefeituras não existem mais nos bairros. Ninguém vai mais às subprefeituras. Desestabilizaram as subprefeituras. Este é um dos tópicos.

Outro tópico importante, que é um tentáculo do Plano Diretor, da Lei do Zoneamento, é o Código de Obras. O Código de Obras é um absurdo. Eu já falei em uma outra audiência pública, 120 dias para você dar o início de obra após o protocolo. Isso é um absurdo. Então, quer dizer, uma empresa aluga um imóvel. Aí, o proprietário: “Eu vou reformar o seu imóvel”. “Ah, então está bom. Eu te dou 120 dias de carência”. “Beleza. Vamos começar a obra”. Eu não posso começar a obra. Tenho de esperar 120 dias. Por que foram criados esses 120 dias? Vocês falaram que em 120 dias os processos estariam aprovados. Demora de seis meses a um ano o início da análise dos processos. E agora vocês mandam todos os processos de subprefeitura até 1.500 metros para SMUL? Nós vamos à SMUL e os próprios técnicos falam: “Olhe os processos aí no chão. Ninguém vai analisar”. Então, a Cidade está parada. Esse é um problema sério. Vocês têm de voltar ao que era antes: 30 dias após o protocolamento do processo na Prefeitura. Em minha opinião, eu acho que protocolou, pode dar início de obra. Fica por conta e risco do Engenheiro ou do Arquiteto responsável e do proprietário do imóvel.

Outra coisa absurda que vocês fizeram também foram as licenças de funcionamento eletrônicas. Aí, qualquer Contador entra lá no computador e: “Ah, tem acessibilidade? Tem. Tem segurança? Tem”. Aí aperta um botão e sai a Prefeitura e dá a licença. Então, quer dizer, a

Prefeitura está se responsabilizando pela licença de funcionamento emitida. Se acontecer algum sinistro, a Prefeitura é que será a responsável. É como nós estamos vendo lá, no Rio Grande do Sul, daquela boate que pegou fogo, que não tinha segurança e deram lá a licença de funcionamento. Eu acho que isso aí é uma coisa que tem de ser revista. Eu criaria um certificado de segurança simplificado. Não importa a metragem, tem de ter o certificado de segurança emitido por Contru, porque aí a Prefeitura manda a responsabilidade para o proprietário do imóvel ou para o Engenheiro ou o Arquiteto que assinou. Então, eu acho que nós estamos atravessando um problema sério em São Paulo.

Outra coisa. Hoje nós temos vários sistemas de aprovação de projeto para retirar a entrada: a prova digital, SLC, SAV, Meu Imóvel Regular, 156. Agora inventaram o Tô Legal e UC. É um absurdo. Nós vamos dar entrada em processo, para fazer a senha do proprietário demora mais de uma semana para liberar a senha; para sair o número do processo, demora de sete a 15 dias. Isso é um absurdo, então precisa mudar.

Outra coisa. Eu acho que os Vereadores da Casa tinham de começar a andar pelas ruas de São Paulo, principalmente ali, na Rua Boa Vista, no Pátio do Colégio para ver aqueles acampamentos nas ruas de São Paulo. Nós precisamos cuidar da saúde visual da cidade de São Paulo. Eu acho que, do jeito que está, não sei para onde vamos caminhar.

Muito obrigado, Vereador.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Muito obrigado, Engenheiro Vagner Land.

Próxima a falar, Rosanne Brancatelli, participante do Pró-Pinheiros.

**A SRA. ROSANNE BRANCATELLI** – Boa tarde a todos.

Eu sou uma participante do Pró-Pinheiros, exatamente, e vim aqui só fazer a minha fala de acordo com o que foi deliberado na reunião do CPMU com o Secretário Cesar Azevedo. A deliberação era justamente o adiamento da revisão para doze meses ou mais. Esse acordo deve ser respeitado porque, afinal, o CPMU representa a sociedade. Nós somos pessoas que vivem nesta cidade e sabemos o que está acontecendo, porque nós caminhamos pela Cidade, talvez mais que os Vereadores. Agora que a pandemia está um pouco mais relaxada, podemos

ver os acampamentos, como disse o nosso último participante, e podemos ver o excesso de construções, que acontecem pelos bairros, que não estão atendendo a essas pessoas que vivem nas ruas.

O processo da revisão deve ser feito com muito esmero. Não pode ser feito a toque de caixa. Esse cuidado é fundamental, porque a Cidade está escandalizada com o excesso de construções encaminhadas ao consumo de rentistas de aluguéis e ao consumo de pessoas com capital, pessoas que compram por investimento e não por moradia popular, que é o que falta nesta cidade.

Eu acho que devemos considerar que esse acordo com CMPU tem de ser respeitado, porque é um acordo que foi feito em reunião. Quer dizer, o que significa fazer um acordo e depois se criar uma outra função para destruir o que já foi acertado? Eu peço que os Vereadores e todas as pessoas que têm essa decisão em mãos considerem e respeitem o que foi tratado com o Secretário de SMUL, Cesar Azevedo, e CMPU. É só essa solicitação de uma simples moradora que consegue observar o que está acontecendo na Cidade. Por favor, é este o meu pedido. É esta a minha fala e agradeço muito.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Muito obrigado.

Próximo a falar, Renata Esteves de Almeida.

**A SRA. RENATA ESTEVES DE ALMEIDA** – Vereador Paulo Frange, boa tarde. Boa tarde a todos.

Eu sei que o Vereador Paulo Frange é um homem experimentadíssimo nesse assunto, José Armênio também porque eu o conheço de outras épocas. Enfim, eu queria dizer o seguinte: a situação que nós temos no PL 742 me parece de uma falta de respeito ao parágrafo único do artigo 1º, da nossa Constituição Federal, que diz que “todo poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos, nos termos desta Constituição”. E, aí, nós vamos para o artigo 182, que traz exatamente a obrigatoriedade – não é a faculdade -, da democracia participativa nos casos de formulação de Plano Diretor e de planos urbanísticos da Cidade. Esse artigo 182, evidentemente, está disciplinado ali no Estatuto da Cidade, que repete a mesma

coisa, e é o mesmo princípio. E, aí, estranha, absolutamente, que o Conselho Municipal de Política Urbana, o C MPU, cuja competência está no artigo 329 do Plano Diretor, e dentre elas, exatamente, a competência para tratar do Plano Diretor... Esse Conselho, então, que tem função constitucional para o assunto da política urbana, que esse Conselho técnico, de estatura constitucional, seja absolutamente desrespeitado pela Administração pública, como acontece e já foi narrado aqui por meus colegas. Isso porque na última reunião do Conselho Municipal de Política Urbana, por pauta estabelecida pelo Governo e não pelos cidadãos, foi incluído exatamente para debate e deliberação o item sugerindo a prorrogação da discussão da revisão do Plano Diretor. E foi deliberado, como consta da ata publicada no *Diário Oficial*, que a prorrogação seria pelo período de 12 meses. Eu estou lendo o que está escrito, Vereador, para exata compreensão. Então, pelo período de 12 meses, podendo dele constar a viabilidade de prorrogação por mais 12 meses, desde que devidamente justificado pelo Poder Executivo, diante dos diversos fatores envolvidos. Essa é a deliberação. E essa deliberação está absolutamente fundamentada na competência do § 2º do artigo 329, do Plano Diretor Estratégico. Aí, o que acontece? Surpreende-se a sociedade civil, que se manifestou desta maneira e deliberou desta maneira no C MPU, com o PL 742, onde diferentemente de tudo o que foi acertado, o Sr. Prefeito resolve dizer que fica prorrogado para o exercício de 2022 o prazo previsto no artigo 4º do Plano Diretor Estratégico, exatamente de revisão do Plano Diretor. Então, isso é uma diferença bastante gritante que já foi colocada aqui por meus colegas e eu não vou repetir.

Então, eu acho que é muito importante chamar a atenção que a sociedade civil, no âmbito da sua competência exclusiva nesta matéria, está se manifestando em todas as instâncias. Agora, foi recentemente divulgado – e o Vereador e os demais Vereadores devem ter recebido – uma carta aberta que chama *Revisão Democrática do Plano Diretor de São Paulo*, pactuando as regras da participação popular e cidadã, pela Frente São Paulo Pela Vida, mostrando exatamente as etapas que a sociedade civil acha que devem compreender essa revisão. Tudo isso para completar, dizendo, Vereador Paulo Frange, que me parece muito importante que a Comissão de Política Urbana preste bastante atenção aos princípios do artigo

37 da Constituição Federal, sobretudo neste momento; aos princípios da lealdade e da boa-fé entre os administradores e administrados, porque a sociedade civil é que leva a frente, é ela que encabeça e é dela a competência para tratar desse assunto, exatamente porque tem ela o direito à Cidade. É o cidadão que tem direito à cidade, porque, como disseram os meus colegas, é o cidadão que mora na cidade e que sofre os efeitos do que é feito de intervenção urbanística na cidade. E, nesse sentido, é muito necessário que a Câmara dos Vereadores, que tem a competência neste momento, faça cumprir esses princípios da máxima importância na Administração pública e promova exatamente a possibilidade ou faça um substitutivo a este PL 742, para que, no substitutivo, possa estar dito exatamente o que foi deliberado pelo Conselho Municipal de Política Urbana, o que seja, adiar a revisão do Plano Diretor por 12 meses da data da reunião, que foi em novembro, podendo essa prorrogação ser feita por mais 12 meses. É o mínimo que se deve exigir e é o que se pede para esta Câmara que temos confiança que possa observar, neste momento, os melhores princípios constitucionais e infraconstitucionais.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Muito obrigado pela contribuição, Renata.

Muito obrigado.

José André de Araújo, participante do Moab e Facesp. (Pausa) José André de Araújo, está ouvindo? (Pausa) Não está.

André Araújo, participante também da Moab. (Pausa)

Então, vamos para o próximo. Eduardo Delamain, do Secovi.

**O SR. EDUARDO DELAMAIN** – Vereador Paulo Frange, Secretário José Armênio de Brito Cruz, senhoras e senhores, boa tarde.

Todos nós sabemos, e isso tem sido bastante discutido no meio técnico, que um bom sistema de planejamento pressupõe periódicas revisões. Sabedor disso, o próprio Plano Diretor de 2014, em seu artigo 4º, propôs uma revisão intermediária para o ano de 2021. E o Executivo, nesse sentido, iniciou esse processo. Devido aos percalços já mencionados pelo Secretário José Armênio, o Conselho Municipal de Política Urbana, do qual eu faço parte como um dos

representantes do setor empresarial, deliberou, de forma absolutamente acertada – e pelos motivos já expostos pelo Secretário José Armênio -, a prorrogação desse prazo de revisão para até o final de 2022. Eu creio, no entanto, que diante de todos os esforços e trabalho já desenvolvidos pelo Executivo municipal, eu creio que tecnicamente nós tenhamos condição de antecipar esse trabalho, sempre de forma democrática, ouvindo todos os setores da sociedade. Mas me parece que nós temos elementos, sim, para promover, para termos um primeiro documento técnico que seja, pelo menos, até meados do ano de 2022.

Então, eu gostaria, Vereador, de fazer esse apelo, para que o Executivo possa, o quanto antes, iniciar um processo profícuo de discussão com o Conselho Municipal de Política Urbana para que possamos avançar rapidamente nesse processo e - como já falei anteriormente -, termos um primeiro documento pronto para discussão ainda no primeiro semestre de 2022.

Muito obrigado, Vereador.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Muito obrigado, Eduardo. Muito obrigado.

Próximo inscrito, Evaniza Lopes Rodrigues, participante da União dos Movimentos de Moradia. (Pausa) Evaniza, está nos ouvindo? (Pausa) Não está.

Leonardo Maglio, Assessoria do Vereador Toninho Vespoli, aqui no plenário. Obrigado, Leonardo.

**O SR. LEONARDO MAGLIO** – Boa tarde a todas e a todos, Vereador Paulo Frange.

Estamos aqui discutindo essa questão e isso me fez lembrar uma reunião que eu participei, há alguns dias, neste plenário, em que estávamos falando sobre questões relacionadas ao Parque do Carmo e ao orçamento da Secretaria do Verde. O que isso tem a ver com o que estamos discutindo aqui hoje? Nós só conseguimos ter uma perspectiva de aumento do orçamento da Secretaria do Verde por conta de uma pressão ostensiva da sociedade civil encabeçada pelo Fórum Verde Permanente. Ou seja, a coisa me parece muito parecida. Se não fosse a pressão radical da sociedade civil, encabeçada pela Frente São Paulo Pela Vida, são 500 instituições, entidades e organizações que pressionaram para esse adiamento da revisão do Plano, estaríamos aqui hoje não discutindo o prazo, mas, sim, já discutindo o Plano Diretor,

porque era isso o que a Prefeitura estava querendo e forçou, esticou essa corda até o limite.

Então, mais uma vez, nós percebemos que esta gestão só funciona na base da pressão, que não escuta a sociedade civil. Foi uma pressão muito violenta para chegarmos aqui hoje. E quando este projeto, passando pelo Conselho de Política Urbana, chega nesta Casa, nós já, de cara, no Colégio de Líderes, recebemos uma colocação da Presidente desta Casa dizendo que teriam de ser seis meses e não um ano. Mas, espera aí, foi negociado com o Secretário. Foi negociado no Conselho de Política Urbana. Qual foi o embasamento técnico dessa colocação sem cabimento, sob o meu ponto de vista e do nosso mandato?

Então, estamos aqui para lutar para que se garanta o que foi decidido e acordado no Conselho de Política Urbana. O nosso mandato e todos os outros mandatos do PSOL vamos trabalhar para que esse prazo seja garantido e também para que o substitutivo – talvez seja o caso de um substitutivo neste projeto – garanta essas questões. Então, estamos à disposição para isso.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – OK. Leonardo, muito obrigado.

Tem mais um inscrito, André Silva, do Movimento de Defesa das Favelas, também aqui no plenário. Muito obrigado.

**O SR. ANDRÉ SILVA** – Boa tarde, Vereador Paulo Frange. Boa tarde, Secretário Adjunto e colegas do Conselho Municipal de Política Urbana.

Eu acho que é importante lembrar que houve um esforço muito grande, Vereador, internamente no Conselho, em uma discussão, para que justamente a Prefeitura de São Paulo não usasse da mesma escola do Governo Federal, que foi aquela escola que ficou muito clara na fala do ex-Secretário de Meio Ambiente: “Vamos aproveitar para passar a boiada”. E é uma preocupação muito grande porque qual é a real pretensão de você acelerar um processo que é tão importante para a Cidade? Que tem uma revisão e que foi acordada – como os colegas já disseram e eu sou suplente do Conselho Municipal de Política Urbana -, com muito esforço, diga-se de passagem. Porque a perspectiva da Prefeitura era de passar geral e – como também falaram os colegas – sem fazer um diagnóstico sobre acesso...



Gente, teve audiência pública aqui em que Vereadores da Casa tiveram problema com a internet. Como é que podemos garantir um processo democrático se as pessoas não têm sequer acesso à internet? E como é que podemos falar de uma Cidade que não está andando, em que a Cidade é um grande canteiro de obras? Em toda a esquina tem um novo prédio surgindo, tem um novo empreendimento surgindo?

E, aí, nós temos na Casa o Plano Municipal de Habitação que não é aprovado. Nós temos o Executivo com o Programa Pode Entrar que não é efetivado. Nós temos o Programa de Urbanização de Favelas que está parado. Regularização fundiária. Eu moro na Favela da Vila Prudente, uma das mais antigas de São Paulo, nós até hoje, desde 2008, estamos com o título de posse nas mãos e não abriu o cartório para regularizar porque a Secretaria de Habitação está completamente destruída. Já mudou o Secretário, agora está mudando a equipe, já não sabem o que vai continuar.

Então, em uma lei importante como esta, é muito flagrante e claro que se constrói um discurso e uma estrutura para cercear o real direito de participação. É importante lembrar de que no Plano Diretor de 2002, aquela malfadada tentativa também de revisão, na gestão do ex-Prefeito Kassab, foi impugnada pelo Poder Judiciário.

Nós só estamos podendo discutir isso porque também teve intervenção do Ministério Público que entendeu que, por conta de toda a realidade, as prioridades em uma cidade como São Paulo, no meio de uma pandemia, teriam de ser outras. Então, mais uma vez, como nos encontramos na última audiência realizada no Ipiranga, sobre a Operação Urbana, a nossa preocupação é essa: até que ponto se preocupam com uma cidade justa e democrática para todas e para todos ou é só para abrir frente para derrubar, para destruir vidas?

Enquanto nós acabamos de aprovar, no STF, o prolongamento da proposta de suspensão dos despejos, 24 horas depois dessa decisão aconteceu o despejo de 248 famílias.

Então, quer dizer, o Plano Diretor pode e deve dar conta disso, mas temos de fazer no momento certo, na hora certa e da maneira certa, com a estrutura certa.

Então, acho que é fundamental e, mais uma vez, Vereador, esta Comissão e esta

Casa têm essa responsabilidade de com o Conselho Municipal de Política Urbana, eleito democraticamente – como as senhoras e os senhores desta Casa -, de discutir aquilo que é melhor para todas e para todos e não para responder às demandas de grupos específicos que, inclusive, são sempre os beneficiados.

Quando o Secretário, em sua fala, para concluir, falou sobre melhoramento, quando se diz que vai melhorar uma legislação, eu tenho preocupação, porque acaba sempre melhorando para quem já tem tudo e piorando para quem não tem absolutamente nada. Então, aqui mesmo nesta Casa, algumas reformas aprovadas têm sido prejudiciais para a Cidade, para o Estado e para o País.

Então, nós precisamos, neste momento, olhar para a vida das pessoas. Eu acho que nós temos outras prioridades. Eu acho que não tem prejuízo algum que possamos garantir, como aquilo que foi acordado, no mínimo, 12 meses de suspensão, prorrogáveis por mais doze. Se o senhor puder olhar o mapa de desigualdade, na cidade de São Paulo, vai ver que, como já foi dito, nas franjas da Cidade as pessoas sequer têm acesso à internet. Então, é fundamental que possamos garantir a participação, e garantir a participação é a presença. Por isso que eu poderia estar lá, mas eu fiz questão de estar aqui, de olhar para o senhor e dizer: é fundamental que esta Casa tenha essa responsabilidade de pensar uma cidade realmente justa. Não com jargão. Para não acontecer o que está acontecendo nesta semana, que acabou de inaugurar o Anhangabaú, em que tirou árvore, fez um calçadão e como uma repórter falou, está uma chapa quente e vai servir, depois, lá na frente, ao que tudo indica, para o lucro de alguns.

Então, nós precisamos, realmente, de fazer com que seja suspenso e seja respeitado, senão para que termos tantos conselhos em uma cidade como São Paulo e eles serem desrespeitados pelo Poder Executivo.

Então, obrigado. Acho que esta é a nossa contribuição.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado pela contribuição.

Não há mais inscritos na minha relação, virtual e também presencial.

Antes de passar a palavra para o Secretário José Armênio fazer o comentário final,

quero fazer um comentário rápido do que se pretende. A se manter as condições atuais que o Governo nos permitiu, devemos tratar a revisão do Plano Diretor com o mesmo afinco, com o mesmo empenho que foi tratado o Plano Diretor efetivamente e a Lei de Zoneamento, que foram, talvez, os dois melhores momentos da história do Parlamento paulistano. Nada foi mais bem trabalhado, do ponto de vista de participação popular e de oportunidade para a participação popular, do que essas duas situações. Nós queremos repetir o mesmo processo com a revisão do Plano Diretor.

É lógico que estamos falando em revisão e, portanto, são alterações pontuais. Nós não estamos construindo um novo Plano. São revisões.

No que tange a participação das pessoas pela internet, sim, é difícil, não é fácil com a transmissão de internet como está nos dias atuais, mas foi um momento precioso que poderia ter sido muito aproveitado, principalmente para ouvir as universidades, ouvir os acadêmicos, ouvir os institutos. Isso porque uma grande parte daquilo que nós vamos tratar na revisão do Plano Diretor é muito da aplicabilidade das ferramentas que foram introduzidas e que, muitas vezes, têm dificuldade de serem compreendidas entre a iniciativa privada e o Poder Público.

Na discussão que acontecerá, nós vamos tratar de tal forma a dar oportunidade máxima possível para que todos participem muito. Portanto, na discussão que virá para a Câmara e isso vem depois de todo o trabalho que vai ser feito pela Secretaria, ainda há um grande momento de reflexão sobre cada um desses pontos, porque nesta Casa são 55 Vereadores, são correntes políticas e pensamentos diferentes e, com certeza, com contribuições que virão, como sempre aconteceu.

No que tange a Cidade e o que nós deixamos, aí, com o Plano Diretor e Lei de Zoneamento. A Cidade está francamente ativa hoje no sentido da construção civil ser um dos grandes motores da economia da Cidade. não me lembro aqui de algum bairro que eu tenha passado, neste ano, e que não tenha edificações novas e produzidas em uma quantidade relativamente maior do que nós já tivemos. É produto do trabalho do Plano Diretor com a Lei de Zoneamento que está sendo aplicado agora. É certo que um bom número dessas edificações e

desses avanços são nas zonas de eixos, tanto eixo de estruturação urbana como nos subeixos, que são as zonas de centralidades.

O Plano Diretor deixou muito claro que a Cidade crescerá e se desenvolverá sob os eixos de mobilidade urbana. E com o avanço do Metrô e com a ampliação dos corredores, nós estamos vendo que também a construção civil vem acompanhando aquilo que está escrito no Plano Diretor. Ou seja, o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento..., o adensamento humano nessas regiões tem sido bastante intenso.

Com pandemia ou sem pandemia, São Paulo não parou e nós temos como avaliar isso em números no caixa do Fundurb. Hoje, o Fundurb arrecada, por mês, metade do que arrecadávamos por ano antes do Plano Diretor. São cerca de 150 milhões por mês. É um número relativamente astronomicamente maior do que já foi e isso é produto da ferramenta que está à disposição.

Agora, nós temos de aprimorar e é o momento. Passar para o ano que vem é prudente. Nós queremos mais participação. Não foi por isso que o projeto veio para cá. O projeto veio com uma justificativa explícita de que não podendo contratar uma estrutura que possa aumentar a velocidade e produzir bons resultados para que possa assessorar, como já aconteceram outras vezes, isso também contribuiu – e muito – para que estivéssemos neste momento aqui parados.

Chegou aqui, agora, o Vereador Rodrigo Goulart. Indago se V.Exa. quer falar. Não havendo oradores inscritos aqui, vou passar a palavra ao Secretário José Armênio, para que faça o encerramento deste trabalho.

José Armênio, me permite um minutinho. Sra. Viviane Manzzone está conosco. Viviane Manzzone.

**A SRA. VIVIANE MANZZIONE RUBIO** – Boa tarde. Eu sou Viviane Manzzone Rubio. Eu sou Conselheira no segmento Academia, no Conselho Municipal de Política Urbana.

Eu só queria reforçar que o Conselho não quer suspender nenhum trabalho acerca da revisão do Plano Diretor, que está colocada na lei do Plano. O que o Conselho quer é que

esse trabalho de revisão seja feito com o mesmo cuidado com que foi feito o Plano Diretor. Só isso. Eu só queria reforçar isso. O Conselho bateu o pé nessa questão. Ficamos seis meses brigando para isso, porque nós queremos que o trabalho seja bem feito. É só isso. E que a sociedade seja ouvida de fato.

O Conselho não está sendo respeitado. Eu sinto muito, mas nós precisamos reforçar e o Conselho foi revisto agora e nós temos novos conselheiros. Então, eu acredito que o Conselho pode ajudar – e muito – a Prefeitura nessa revisão.

Era só isso. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, Viviane. Muito obrigado.

José Armênio, tem a palavra.

**O SR. JOSÉ ARMÊNIO DE BRITO CRUZ** – Obrigado, Paulo.

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui, de ouvir as observações de todos. A nossa proposta de postergar para 2022 a revisão do Plano Diretor está colocada na redação do PL enviado.

Eu estava presente na reunião do CPMU, que discutiu isso. Eu ouvi a reunião toda e essa questão que foi levantada aqui foi colocada lá também por alguns participantes. E a prerrogativa de achar que tem de adiar de novo está sempre colocada para o Executivo. Ele pode recolocar isso.

Eu queria só manifestar... Eu sou Arquiteto. Alguns aqui me conhecem. Eu sou um técnico. Eu não sou um jurista. Eu não sou um... Há cinco anos eu sou um administrador público, mas eu sou um Arquiteto e eu quero dizer rapidamente para vocês o seguinte: o projeto urbano – e eu já falei isso para o Vereador Paulo Frange em algumas ocasiões, falei para o Vereador Rodrigo também em uma das audiências em que participei -, ele diz respeito a um espaço, mas ele diz respeito também a um tempo. A revisão do Plano Diretor entre 2021 e 2022 tem um caráter deste tempo. O Vereador Paulo Frange acabou de colocar a dinâmica do mercado nos últimos anos, que obedeceu às diretrizes do Plano Diretor e do Zoneamento também, e foi muito impulsionado pela baixa dos juros e aumento do crédito. Quer dizer, o volume que nós tivemos

foi muito impulsionado, fomentado por essa condição macroeconômica que enfrentou a Cidade. E o Plano Diretor estava regrando isso. Como o Paulo falou, de fato os eixos foram foco de desenvolvimento. A questão, por exemplo, a Planurb já levantou isso, da cota-parte que o Plano Diretor coloca.

O que eu quero dizer é o seguinte: eu também participei – algumas, coordenando e outras, como assistente – da reunião do Conselho. A reunião do Conselho Municipal de Política Urbana tem agora a oportunidade de entrar no assunto, de fato, do Plano Diretor e parar de discutir encaminhamento. Quem teve prática de participação democrática e participação direta... Eu estive, por exemplo, no Movimento Estudantil, na década de 80, no final da década de 70, e eu me lembro de que 80% das assembleias discutiam questão de ordem e questão de encaminhamento. Vamos discutir o assunto que nós temos de discutir, porque aí podemos ver o que tem, de fato, para ser discutido. E se nós não conseguirmos terminar em 2022, nós todos vamos saber que não deu para terminar em 2022 e teremos de postergar. Ou se conseguimos terminar, como o Delamain falou, em agosto, ótimo, terminamos em agosto. Quer dizer, a questão é a seguinte: tem de ter em mente a questão do tempo. A questão não é em toque de caixa. Eu não estou falando em toque de caixa. Eu estou falando como Arquiteto. Têm alguns aí que estão falando... Quando eu em formei, alguns não falavam Arquiteto Urbanista. Falavam Arquiteto, porque já estava junto o Urbanista. Eu estou falando como Arquiteto e que trabalha com a Cidade: o projeto urbano tem tempo. Se passar esse tempo, será outro projeto, não será o mesmo. E têm coisas de conteúdo que nós podemos trabalhar no Plano Diretor para melhorar a implementação. Será que nós queríamos a dinâmica do tamanho das unidades que nós estamos vendo surgir na Cidade ou queríamos outra dinâmica de tamanho que abrigasse as famílias? Como é que nós preferimos a Cidade? Como é que nós achamos que podemos, de fato, qualificar o espaço público? Essas são discussões que o Conselho Municipal de Política Urbana deve ter além das questões de encaminhamento, é óbvio. E nós temos agora mais 12 meses. Tomara que consigamos acabar antes, mas não sei se vamos conseguir. E se não conseguirmos acabar em 12 meses, falaremos: “Não. Precisamos de mais tempo. Não deu em

12 meses. Vamos precisar de mais”. Mas precisamos sair dessa discussão de encaminhamento, de questão de ordem e começarmos a discutir outros assuntos. Tem muita coisa para discutirmos. Por exemplo, o Plano Diretor colocou a MEM na questão de estruturação urbana. A MEM está travada. Se vocês, que participam do Conselho Municipal de Política Urbana, não perceberam. A MEM está travada e como podemos fazer para destravar essa MEM? Alguém tem alguma sugestão técnica para fazermos essa MEM destravar, porque os PIUs que nós fizemos, os PIUs que foram desenvolvidos aqui e eu foram enviados à Câmara inclusive, estão todos, a grande parte deles, judicializados e uma intenção primeira do Plano Diretor que era o desenvolvimento da macrozona enquanto área prioritária de desenvolvimento urbano e também de recuperação ambiental da Cidade, infelizmente não está sendo observada. Mas, quer dizer, os eixos foram? Foram. Os eixos estão indo bem. Nós podemos melhorar em habitação social, como o André falou? Podemos também. Quer dizer, tem coisa para melhorar, tem coisa para desburocratizar e eu só quero concluir com o seguinte: Plano Diretor não é zoneamento. Plano Diretor é plano diretor. Zoneamento é outra coisa. Isso, as audiências, as quase 30 audiências que eu participei, sempre tinham essa discussão. Zoneamento é zoneamento e plano diretor é plano diretor. Nós não estamos discutindo zoneamento. Nós estamos discutindo premissas, estamos discutindo ações pontuais do Plano Diretor. Eu queria deixar essa contribuição. Quer dizer, acho que o PL está colocado claramente. Ele é importante nesse sentido de que o projeto urbano trata do território, mas ele trata também de um tempo. Se nós passamos do tempo, perdemos a oportunidade que a macroeconomia, que o país está colocando para nós. E vamos ver que a perspectiva é, de fato, desta nossa Gestão, é de buscar o enfrentamento, quer dizer, sair dessa cidade desigual em que vivemos, tentar construir uma cidade mais igual – já era o que o Bruno falava e é o que o Ricardo fala. É esta a nossa perspectiva. Ninguém aqui tem a intenção de passar por cima de nada. E vocês viram na discussão do Conselho Municipal e agora nós temos aí 12 ou 13 meses para discutir uma discussão de conteúdo sobre o Plano Diretor. Vamos tentar construir e ver no que podemos melhorar para fazer com que este Plano Diretor seja mais implementado. É o que eu teria para falar.

Eu anotei tudo o que foi falado aqui... Ah, falaram sobre o Código de Obras. É importante o que o Vagner falou e isso nós discutimos bastante aqui na SMUL, a questão do rompimento da tutela sobre o profissional. É sabido que as aprovações em São Paulo ainda trazem a herança de uma tutela do empreiteiro, do mestre de obras, que construía lá na década de 40 e que não tinha uma responsabilidade profissional. Hoje, o profissional que se responsabilizar por uma aprovação, se ele não estiver ciente das normas técnicas e da responsabilidade que essa apresentação carrega, ele pode ter o seu CREA cassado. Nós temos uma organização profissional que permite isso. Agora, nós estamos nos adequando a essa aprovação, a esse novo processo de aprovação.

A revisão vai ser democrática. Quer dizer, não vejo outra perspectiva. Como o Eduardo falou, talvez possa ir para meados de 2022. Tomara. Ele é bem otimista. E é importante observar que esse processo escuta a sociedade.

Por último, o André Silva colocou e eu estava agora em uma reunião do FMSAI e posso falar para o André Silva que não está ligado o Plano Diretor diretamente. Pode ser que, talvez com alguma prerrogativa proposta, possa até estar. Porque o Fundurb e o próprio FMSAI têm algumas diretivas dadas pelo Plano Diretor. Mas, agora estivemos em uma reunião do FMSAI justamente fazendo um ajuste das verbas e transferindo para a Urbanização de Favelas, dentro do que já havia sido aprovado, tirando de um lugar e botando em outro, e a perspectiva foi justamente de urbanização de favela, o objetivo.

Então, só para mencionar rapidamente e tentar dar uma resposta e reafirmar a importância desse postergar para 2022 a discussão da revisão. E, de fato, se nós não conseguirmos em 2022, vamos pedir: “Olha, precisamos de mais tempo”, ou se conseguirmos antes, conseguirmos antes. Quer dizer, aí vai depender da nossa capacidade, não estou dizendo capacidade técnica, mas da nossa capacidade de discutir democraticamente, coletivamente essa matéria que são os pontos que podem ser revistos agora no Plano Diretor.

Eu agradeço, Vereadores. Agradeço a todos pela contribuição. Eu sempre tenho participado de muitas audiências públicas e a participação de todos sempre é muito positiva e



nós podemos, certamente, ir melhorando com a perspectiva da nossa responsabilidade de Executivo, de andar com as proposições para a Cidade.

Obrigado, Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange)** – Obrigado, José Armênio.

Não havendo mais oradores inscritos, daremos por encerrada a audiência pública do PL 742/2021.

Quero agradecer a todos que participaram, que contribuíram conosco. O rito formal da condução do projeto, que estamos tratando, praticamente está encerrado hoje e depende agora só do Plenário.

Tenham todos um bom final de tarde, uma boa noite.

Muito obrigado por participarem conosco desta audiência pública.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

---